

Memória, genealogia, história: cruzando fronteiras na pesquisa sobre a posse da terra, Minas Gerais, séculos XIX e XX

Tarcísio Rodrigues Botelho¹

Resumo: O trabalho traz o estudo de caso de uma família, através do qual é possível entender como os processos de sucessão através da herança permitem o acesso à terra de modo a garantir a sua sobrevivência e de seus descendentes. Para tanto, recorre-se a várias estratégias de pesquisa, combinando a documentação escrita, oficial e privada, com o recurso à memória pessoal e à produção de historiadores locais. O cerne da argumentação é suportado por inventários sob guarda do acervo documental custodiado pela Coordenação de Arquivo Permanente – COARPE do Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, evidenciando a importância do acesso para o avanço da pesquisa histórica.

Palavras-chave: Família. Propriedade da terra. Inventários *post mortem*. Minas Gerais.

Introdução

A história, enquanto atividade acadêmica com ambições científicas, estabelece-se nos moldes contemporâneos ao longo do século XIX. Seu desenvolvimento nos dois séculos seguintes foi marcado por um intenso diálogo com novas disciplinas que se consolidavam no universo acadêmico, como a sociologia, a economia, a antropologia e outros. Tal desenvolvimento produziu uma progressiva separação entre uma produção reconhecida institucionalmente, cada vez mais identificada com a universidade, e a produção que podemos chamar de “espontânea”. Enquanto a primeira se caracterizava por um treinamento dos seus profissionais em métodos e técnicas de pesquisa, uma preocupação com a explicitação de suas bases teóricas e metodológicas e um desenvolvimento pautado pelo debate entre pares (Lopes, 2008), a produção chamada aqui de “espontânea” seguiu sendo produzida por “amadores” (no sentido de não serem propriamente profissionais da área) com características próximas ao memorialismo e enfatizando a reconstituição factual.

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989), mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1994) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: tarcisio.botelho@gmail.com.

A separação entre essas duas práticas de pesquisa em história permeou a consolidação da pesquisa historiográfica acadêmica. Entretanto, quando trabalhos acadêmicos focam em dimensões locais e/ou regionais, ou então lançam mão de abordagens comumente identificadas com a chamada micro-história, o recurso à produção bibliográfica aqui chamada de “espontânea” ou “amadora” pode ser uma boa estratégia para conectar informações que, em uma pesquisa documental acadêmica, podem estar dispersas e, de certo modo, incompreensíveis. E nesse sentido, ganha relevo uma produção específica que são as genealogias. Tradicionalmente associadas à reconstituição de linhagens de grupos familiares poderosos e importantes do ponto de vista social, a genealogia inspirou o chamado método de reconstituição de famílias que foi importante na consolidação da demografia histórica (Nadalin, 2022).

A noção de memória ganha relevo nessa perspectiva (Le Goff, 1984). E pode-se dizer que a própria memória oral, sistematicamente abordada e problematizada através da chamada história oral, implicou em um avanço significativo da historiografia contemporânea, superando os preconceitos que, na construção da abordagem acadêmica da história, enfatizavam o uso da documentação escrita, notadamente oficial (Delgado, 2006).

O objetivo desse trabalho é explorar o recurso à memória oral e à história local produzida por “amadores” como estratégia a orientar a investigação de natureza propriamente acadêmica. Pretende-se mostrar como uma investigação genealógica tradicional, recorrendo inclusive à memória oral, pode guiar a reconstituição de processos sociais complexos que são difíceis de perceber recorrendo-se apenas aos documentos escritos, sobretudo os oficiais.

O estudo de caso aborda a transmissão da propriedade da terra no antigo distrito e freguesia de Contendas, pertencente ao termo da vila de Montes Claros de Formigas, no norte de Minas Gerais. A vila e a freguesia e distrito foram criados no ano de 1831. Em 1890, o distrito emancipou-se política e administrativamente, tornando-se Vila Brasília, depois simplesmente Brasília. Posteriormente, com a denominação de Brasília à nova capital federal, o nome foi mudado para Brasília de Minas.

A freguesia teria sido criada a partir da doação de parte das terras da fazenda Tatu por parte de sua proprietária, Mariana de Almeida. Embora não se tenha

conhecimento dos documentos que comprovem essa doação, a narrativa está na base do que podemos chamar de mito de origem da localidade. Entretanto, o cruzamento entre informações obtidas em conversas com um morador local, narrativas registradas em um livro sobre a história local e inventários sob guarda do acervo documental custodiado pela Coordenação de Arquivo Permanente – COARPE do Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG viabilizou a reconstituição da trajetória da fazenda Tatu e de parte da família que a possuiu e ocupou durante mais de dois séculos, permitindo compreender algumas das estratégias familiares de sucessão e transmissão da terra.

Entre memória e história: as narrativas sobre a história local

O arraial de Contendas, como a maior parte das pequenas localidades surgidas ao longo dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais, tem suas origens pouco documentadas, seja pelo fato de não sediarem aparatos administrativos relevantes, seja pela dispersão e perda dos poucos acervos documentais que foram ali produzidos. Boa parte de sua memória histórica foi construída em cima de narrativas orais ou de poucos testemunhos escritos. Um dos primeiros testemunhos foi produzido por Auguste de Saint-Hilaire, o naturalista francês que percorreu boa parte do território brasileiro na passagem da segunda para a terceira década do século XIX. Em 1817, ele descreve a localidade nos seguintes termos:

A povoação de Contendas compõe-se unicamente de uma dúzia de casas construídas sobre um morro isolado donde a vista se estende ao longe. Colocada no meio de uma espécie de plataforma que termina o morro, a Igreja é pequena e pareceu-me muito mal tratada (apud Brasil, s./d., p.20).

E prossegue:

Contendas não é mais que uma simples sucursal. A sede da paróquia, de que essa povoação faz parte, é Morrinhos, outra povoação que possui, disseram-me, uma das mais belas igrejas da província das minas, e que está situada às margens do rio São Francisco. Se os vigários escolheram Contendas para residência, é que Morrinhos é um lugar muito insalubre (apud Brasil, s./d., p.21).

A povoação de Morrinhos é hoje a cidade de Matias Cardoso, situada no extremo norte de Minas Gerais, à margem direita do rio São Francisco e a cerca de 250 km de distância de Contendas, atual Brasília de Minas. Apesar da distância, o testemunho de Saint-Hilaire e a presença no arquivo da paróquia da Senhora Santana de Brasília de Minas de alguns poucos registros paroquiais de batismos e

óbitos anteriores à criação da freguesia atestam a fixação dos párocos na capela filial e não na sede da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos.²

A narrativa de Saint-Hilaire e outras mais que reforçam a conexão com Morrinhos foram transcritas na principal narrativa histórica sobre a localidade: *De contendias a Brasília de Minas*, de autoria de Henrique de Oliva Brasil. O historiador local registra ainda uma das explicações para a denominação de Contendas:

Pessoas mais velhas do lugar contam que a imagem de N. S. do Rosário, da capela do mesmo nome, edificada do lado esquerdo do Rio Paracatu, foi, por diversas vezes, em avançadas horas da noite, levada para a igreja do lado direito. Do mesmo modo, pela madrugada, era trasladada para o primitivo lugar. A princípio os moradores dos dois lados efetuava essas diligências à noite, posteriormente passaram a fazê-las, ostensivamente, durante o dia, ou melhor, a qualquer hora, com resistência de parte a parte e forças mais ou menos iguais, motivando, assim, o prolongamento da luta por muito tempo, até que os ânimos serenassem e a ordem natural demonstrasse se o lado direito o que melhores condições, na época, oferecia para o fim preconizado (Brasil, s/d, p.32).

Outras tradições registram que a denominação deriva da disputa sobre o local onde o pároco se estabelecia, se em Morrinhos ou em Contendas. De todo modo, deve-se registrar que o topônimo existe desde pelo menos 1792, conforme requerimento dirigido do distrito do arraial das Contendas por Lourenço Orcine Grimaldo ao Conselho Ultramarino solicitando confirmação de carta patente do posto da Companhia de Ordenanças do local.³

O mesmo autor atribui a d. Mariana de Almeida Lopes a doação das terras para a formação do patrimônio da paróquia. Entretanto, como a documentação desapareceu, os moradores locais teriam conseguido em juízo o reconhecimento dos seus direitos possessórios. Posteriormente, ao traçar a biografia dessa personagem, o autor cita as terras doadas como pertencentes à fazenda do Tatu. E justifica a doação:

Católica de convicção, entendeu de fazer algo que ficasse perpetuado na memória dos seus patrícios, e servisse de marco inicial de uma aldeia que, mais tarde viesse a tornar-se uma cidade que hoje se ostenta grande e bela aos olhos dos seus filhos. Para isto, fez doação de parte de suas terras, para constituir o patrimônio da igreja que ela mesma começou a construir no início do século XIX, dotando-a de uma imagem evocativa de Santana, que veio a ser depois a padroeira definitiva. (Brasil, s/d, p.32).

² A documentação da paróquia da Senhora Santana de Brasília de Minas foi digitalizada e disponibilizada no site <https://www.familysearch.org/pt/global> (acesso em 28/08/2026).

³ AHU-Con.-Ultra.-Brasil/MG-Cx: 137, Doc.: 39.

A ausência de pesquisas mais aprofundadas sobre a história local não permitiu ao autor inserir maiores referências a Mariana de Almeida e às origens das suas terras.

Entre genealogia e história: a reconstrução de uma linhagem familiar

A fazenda do Tatu começa nos limites da cidade de Brasília de Minas, como fica claro na narrativa sobre a doação das terras para constituição do patrimônio da capela e depois matriz. A fazenda original foi sendo repartida ao longo dos seus mais de dois séculos de existência, e hoje encontra-se dividida em diversas propriedades, como aconteceu nas áreas de ocupação antiga onde a passagem do tempo implica na fragmentação da terra por sucessão ou venda.

A aproximação com a trajetória desta terra veio a partir de uma entrevista informal com objetivos genealógicos. A genealogia é um ramo tradicional de narrativa sobre o passado cujas origens remontam a textos míticos de distintos povos e civilizações, mas que ganhou relevo na era moderna à medida que a reconstrução das linhagens de parentesco de casas nobres foi se disseminando. Hoje, é um gênero bastante difundido e cultivado pelo que acima foi chamado de produção historiográfica “espontânea” ou “amadora”. Seu apelo parte da curiosidade em torno dos antepassados, alimentado também pela busca por construções de narrativas valorizadoras das origens pessoais e das trajetórias familiares.

Entrevistei Pedro Rodrigues de Oliveira no ano de 1999. Ele era proprietário de uma área de cerca de 130 hectares na fazenda Tatu, e a sede situava-se a 3,6 quilômetros do centro da cidade. Nascido no ano de 1913, perdeu a mãe por volta de 1915 e o pai em 1928, portanto aos quinze anos de idade. Casou-se com Ana Mendes Pereira em 1934 e tiveram 9 filhos. À época da entrevista, já havia perdido a esposa (falecida em 1999), e ele próprio veio a falecer em 2000, aos 87 anos de idade. Como perdeu os pais muito cedo, não teve muito contato com os seus avós, mas foi capaz de lembrar-se que a avó paterna se chamava Jesuína. E esse fragmento de memória permitiu fazer a conexão com uma série de inventários sob guarda do Arquivo Permanente do TJMG.

Ao longo da minha graduação e do mestrado em História, trabalhei com os inventários sob guarda das recém-constituídas secretarias de varas das comarcas de Montes Claros e de Januária. Os documentos encontravam-se guardados em

depósitos aos fundos das respectivas secretarias, sem instrumentos de busca e sem estrutura para consulta. Estavam precariamente organizados em caixas de papelão, por ordem alfabética do inventariado, sem nenhuma ordenação cronológica. A consulta, autorizada pelos magistrados, era feita de modo improvisado, contando com a paciência e generosidade das pessoas que trabalhavam em outros locais do fórum: a sala da OAB em Montes Claros e o salão de júri em Januária. As condições precárias de trabalho impuseram um limite à pesquisa documental, de modo que consegui trabalhar apenas com os processos dos antigos Cartórios do Primeiro Ofício, e apenas com aqueles abertos até o fim do período monárquico. Mas foi possível levantar um conjunto extraordinário de dados que deu origem a uma monografia de bacharelado, uma dissertação de mestrado e diversos artigos acadêmicos (Botelho, 1994, 1998, 2000).

Os limites à pesquisa com o acesso apenas parcial ao conjunto da documentação ficaram mais claros recentemente quando passei a ter acesso ao sistema de consultas do Arquivo Permanente do TJMG. Através da consulta às planilhas elaboradas para os documentos recolhidos de diversas comarcas mineiras, foi possível ampliar o leque de processos a pesquisar. Desse modo, avancei em uma pesquisa genealógica dos ascendentes de Pedro Rodrigues de Oliveira graças à disponibilidade de acesso aos processos das comarcas de Montes Claros e de Brasília de Minas.

O primeiro passo foi o encontro com o inventário de Jesuina Antunes de Souza, aberto pelo viúvo Francisco Rodrigues da Costa em 1895.⁴ O inventariante apresentou uma lista de oito filhos do casal, sendo uma delas, Tertuliana, já falecida e com filhos menores. As informações sobre os filhos do casal coincidiam com muitos dos nomes fornecidos por Pedro Rodrigues de Oliveira em sua entrevista, o que confirmava tratar-se da sua avó.

Na consulta ao acervo permanente do TJMG, também foi possível encontrar o inventário de Mariana de Almeida, falecida em 1857.⁵ O inventariante foi seu filho Plácido Ferreira de Souza. Além do filho inventariante, foram citados outros seis filhos do casal. Entre os filhos do casal, havia Luisa Ferreira de Souza, falecida em

⁴ Inventário de Jesuina Antunes de Sousa, inventariante Francisco Rodrigues da Costa (viúvo), 17/10/1895, Acervo Minas Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Inventário n.º 43300008.

⁵ Inventário de Mariana de Almeida, inventariante Plácido Ferreira de Souza, 08/08/1857, Acervo Minas Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Inventário n.º 43306030.

1854.⁶ Do seu casamento com Joaquim Antunes de Sousa foram listados 6 filhos, dentre os quais encontramos Jesuína Antunes de Sousa, a avó de Pedro Rodrigues de Oliveira. Portanto, Mariana de Almeida, personagem central no mito de origem da cidade de Brasília de Minas e proprietária da fazenda Tatu desde pelo menos a primeira metade do século XIX, era a trisavó de um dos proprietários, no final do século XX, de parte das terras da antiga fazenda. Quando Pedro Rodrigues de Oliveira faleceu em 2000, as terras foram transmitidas para duas filhas, que se desfizeram do imóvel apenas em 2010. Portanto, a propriedade permaneceu com a família por pelo menos dois séculos.

O cruzamento dos nomes presentes nos inventários com a lista de habitantes do distrito de Contendas de 1839 permitiu acrescentar novas informações genealógicas.⁷ Mariana de Almeida e seu esposo, Joaquim Ferreira de Souza, foram listados no fogo 36 do quarteirão 4 do distrito. Tinham, respectivamente, 52 e 62 anos de idade e, portanto, nasceram em 1787 e 1777. No seu domicílio ainda residia o filho Plácido Ferreira de Souza, com 38 anos, e a filha Luísa, com 14 anos. Eles possuíam, ainda, três cativos. Portanto, de acordo com essas referências, Mariana de Almeida teria falecido com cerca de 70 anos de idade.⁸ Sua filha Luisa falecera dois anos antes com cerca de 30 anos, deixando seis filhos, o mais novo com apenas um ano de idade.⁹

Nos dois inventários aparecem as idades dos filhos de Luísa, embora com diferenças de datas: Jesuína Antunes de Sousa teria nascida em 1839 ou 1842; Antônio em 1841 ou 1844; Francisco em 1845 ou 1848; José, nascido em 1850; Maria, nascida em 1852; e Teófilo em 1854.¹⁰

Como foi dito acima, em 1895 foi aberto o inventário de Jesuína Antunes de Sousa, tendo por inventariante o viúvo Francisco Rodrigues da Costa. Foram

⁶ Inventário de Luísa Ferreira de Sousa, inventariante Joaquim Antunes de Sousa (viúvo), 02/06/1855, Acervo Minas Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Inventário n.º 43307341.

⁷ Lista de Habitantes do Distrito de Contendas, 1839, Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Fundo Presidência da Província, PP1/10, Caixa 24, Documento 10.

⁸ O inventariante declarou que sua mãe falecera em 12/02/1857; Inventário de Mariana de Almeida, inventariante Plácido Ferreira de Souza, 08/08/1857, Acervo Minas Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Inventário n.º 43306030.

⁹ O inventariante declarou que sua esposa falecera em 11/11/1854, o que nos leva a supor que ela pode ter morrido por complicações de saúde após dar à luz o último filho; Inventário de Luísa Ferreira de Sousa, inventariante Joaquim Antunes de Sousa (viúvo), 02/06/1855, Acervo Minas Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Inventário n.º 43307341.

¹⁰ Inventário de Mariana de Almeida, inventariante Plácido Ferreira de Souza, 08/08/1857, Acervo Minas Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Inventário n.º 43306030; Inventário de Luísa Ferreira de Sousa, inventariante Joaquim Antunes de Sousa (viúvo), 02/06/1855, Acervo Minas Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Inventário n.º 43307341.

declarados os herdeiros: Antônio Rodrigues de Sousa, de 32 anos; Joaquim Rodrigues de Sousa, de 30 anos; José Rodrigues de Sousa, de 28 anos; João Rodrigues de Sousa, de 26 anos; Joana Antunes de Sousa, casada com Faustino Teixeira de Sousa;¹¹ Marciano Rodrigues de Souza, de 21 anos; Maria Rodrigues de Sousa, de 16 anos; e Tertuliana Rodrigues de Souza, falecida. Entraram no inventário, por Tertuliana, seus filhos: Febrônia, com 13 anos; Josefa, com 11 anos; Felisbina, com 9 anos; Francisca, com 7 anos; Olímpio, com 5 anos, João, com 3 anos; e Tertuliano, com um ano de idade.¹²

João Rodrigues de Souza casou-se posteriormente com Rita Martins de Oliveira. Não localizei o seu inventário, mas encontrei no acervo particular de um de seus genros uma certidão da sentença de partilha do inventário datado de 12 de novembro 1928. Rita, por sua vez, havia falecido antes, em 1915. Pedro Rodrigues de Oliveira era o oitavo filho do casal. Ficou órfão de mãe aos 2 anos de idade e de pai aos 15 anos. Seu pai teve 9 filhos do casamento com Rita e outros dois filhos com a segunda esposa, Gregória da Silva Pereira.¹³

Uma história da terra: sucessão familiar e acesso à propriedade da terra

A sequência de inventários ao longo de quase um século permitiu reconstruir uma genealogia desconhecida, já que os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos encontram-se bastante incompletos e desorganizados. Mas também possibilitou acompanhar, ao menos parcialmente, como aconteceu o acesso à propriedade da terra dentro de um ramo da família.

Mariana de Almeida, já viúva, faleceu em 1857 e no mesmo ano foi aberto o inventário onde foram descritas três propriedades rurais:¹⁴

- “um prédio rústico na Fazenda do Tatu com bananal que avaliaram em trinta mil réis”;
- “meia légua de terras de plantar e criar na Fazenda do Tatu avaliada em duzentos mil réis”; e,
- “um pedaço de terras denominado Lavrinha na quantia de vinte e quatro mil réis”.

¹¹ Segundo o depoimento de Pedro Rodrigues de Oliveira, João e Joana seriam gêmeos.

¹² O inventariante declarou que sua esposa falecera em 09/09/1895, o que nos leva a supor que ela pode ter morrido por complicações de saúde após dar à luz o último filho; Inventário de Inventário de Jesuína Antunes de Sousa, inventariante Francisco Rodrigues da Costa (viúvo), 17/10/1895, Acervo Minas Justiça, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Inventário n.º 43300008.

¹³ Informações fornecidas por Pedro Rodrigues de Oliveira.

¹⁴ Todas as transcrições de manuscritos tiveram a ortografia e a pontuação atualizadas.

Para se ter uma noção do valor da fazenda do Tatu, o monte mor, incluindo os dotes dos herdeiros, foi avaliado em 1:211\$360. Dois terços desse valor foi atribuído ao bem mais valioso do casal: o escravo Marçal, com 41 anos, avaliado em 800 mil réis. Em seguida, veio a fazenda como segundo bem mais importante. Acrescido do prédio rústico, a fazenda do Tatu representava mais da metade dos bens quando descontado o valor do escravo Marçal.

A partilha dos bens imóveis aconteceu da seguinte forma:

- os herdeiros Placido Ferreira de Sousa, Gil Ferreira de Sousa (casado com Lisandra Maria de Almeida), Maria Joaquina (viúva) e Francisco de Paula Ferreira receberam cerca de 15% das terras do Tatu, 14% do valor do prédio rústico e 14% da Lavrinha;
- Bernardo Lopes da Silva (casado com Ana Luisa) recebeu cerca de 10% das terras do Tatu, 14% do valor do prédio rústico e 11% da Lavrinha;
- os 10 filhos de Martiniano Ferreira receberam, cada um, 10% do valor do prédio rústico e 1,4% da Lavrinha;¹⁵
- os 5 filhos de Luísa Ferreira de Sousa receberam cerca de 2,3% das terras do Tatu, 2,4% do valor do prédio rústico e 2,4% da Lavrinha.

Luísa Ferreira de Sousa havia falecido em 1854 e o inventário foi aberto no ano seguinte por seu viúvo. Foram descritos os seguintes imóveis rurais:

- “um sítio e casas de vivenda na Fazenda do Tatu [com] rego d’água, cerca de quinhentos pés de café, árvores de espinho, currais e uma parte de terras na mesma fazenda” avaliada em 400 mil réis; e,
- uma parte de terras na chácara da herança da sogra de Luísa, no valor de 22 mil réis.

O monte mor foi avaliado em 988\$200, o que significa que os imóveis representavam cerca de 42% de todos os bens do casal. A partilha dos bens imóveis aconteceu da seguinte forma:

¹⁵ Na partilha, parece haver um engano na distribuição das terras da fazenda do Tatu. Se considerarmos que cada um dos filhos de Martiniano recebeu 10% do valor do prédio rústico, a soma com as parcelas dos demais herdeiros será superior a 100%. Se o valor em dinheiro for deslocado para a fazenda do Tatu, cada um receberá 1,5% do valor total, o que, arredondando, somará 100%. Não entraremos nessa questão até termos mais elementos que comprovem que esses herdeiros de fato ficaram com parte da fazenda do Tatu.

- o viúvo recebeu metade da fazenda do Tatu (sitio, casas e terras) no valor de 200 mil réis e o equivalente a 10 mil réis na chácara que havia herdado da sua mãe, ou seja, 50% da fazenda e 46% da chácara;
- cada um dos seis filhos (Jesuína, Antônio, Francisco, José, Maria e Teófilo) recebeu o equivalente a 8,3% da fazenda do Tatu e 9,1% da chácara.

Como se pode observar, Luísa já era proprietária de parte da fazenda do Tatu, provavelmente como herança do pai. Mas não se pode descartar a hipótese de ela e seu marido tenham comprado partes das terras para se estabelecerem como casal independente, uma prática comum do período. Um exemplo da própria família pode ser demonstrado através de um recibo da venda de parte da fazenda do Tatu passado por Mariana de Almeida para seu genro e compadre Bernardo Lopes da Silva. O documento, datado de 8 de agosto de 1855, foi assinado pelo filho Plácido Ferreira de Souza, por sua mãe não saber ler nem escrever, e foi escrito por Gil Ferreira de Sousa, outro genro. A presença de outros herdeiros do casal na feitura do documento reforça a concordância de todos com o negócio. E talvez essa venda explique porque Bernardo Lopes da Silva recebeu uma parcela menor nas terras da fazenda do Tatu na partilha do inventário de Mariana de Almeida.

Em 1895, é aberto o inventário de Jesuína Antunes de Sousa tendo como inventariante o seu viúvo Francisco Rodrigues da Costa. Entre os bens imóveis do casal, havia 17 casas na agora Vila Brasília no valor total de 3:120\$000, respondendo por mais da metade do total da avaliação. Entre os imóveis rurais, havia:

- uma casa “de dois lances na fazenda do Tatu, com uma cerca de achas de aroeira, um engenho e roda de ralar mandioca, dois rodeiros de carro” avaliados por 320 mil réis;
- “uma manga cercada de achas de aroeira e madeira roliça” na fazenda do Tatu avaliada em 200 mil réis;
- 11 partes de terras na mesma fazenda do Tatu no valor total de 78\$950;
- uma parte de terras na fazenda da Lavrinha no valor de 500 réis;
- uma parte de terras na fazenda da Vereda Comprida no valor de 11\$500;
- uma parte de terras na fazenda de São Bartolomeu no valor de 2\$500;

- uma manga cercada de achas de aroeira na mesma fazenda de São Bartolomeu no valor de 600\$000; e,
- duas partes de terras na fazenda de São Pedro no valor total de 71\$000.

O monte mor foi avaliado em 6:219\$950, com os bens de raiz correspondendo a 71% desse total. As casas na Vila Brasília respondiam por 50% do valor total do monte mor. Os 20% restantes de bens de raiz eram imóveis rurais: 9,6% eram relativos à fazenda do Tatu (casa, manga e parte de terras), 9,7% eram da fazenda de São Bartolomeu e os demais correspondiam a 1,3% do total. As terras da fazenda do Tatu encontravam-se divididas em 11 partes, provavelmente advindas de herança e de compra de parcelas de outros herdeiros. Não sabemos a origem da fazenda de São Bartolomeu, mas a semelhança de valor entre ambas faz pensar em uma herança vinda da parte da família do marido de Jesuína.

Na partilha dos bens, metade ficou como meação do viúvo, no valor líquido de 3:109\$975. Para compor esse total, ele ficou com diversas casas da vila, a casa na fazenda do Tatu (320\$000), uma casa na fazenda de São Pedro (18\$747), uma parte de terras na fazenda da Vereda Comprida (11\$500, uma parte de terras na fazenda da Lavrinha (500 réis) e cinco partes de terras na fazenda do Tatu (no total de 26\$728). Portanto, o viúvo ficou com a maior parte da fazenda do Tatu, a

Dentre os outros herdeiros, interessa-me aqui o quinhão que coube a João Rodrigues de Sousa, então 26 anos e solteiro. Ele tinha um total de 388\$746 a receber da herança. Coube-lhe, em bens imóveis:

- uma casa no valor de 110\$000;
- uma parte de terras na fazenda de São Bartolomeu no valor de 833 réis;
- uma parte na fazenda do Tatu no valor de 6\$597;
- uma parcela na manga cercada de achas de aroeira na fazenda de São Bartolomeu no valor de 219\$346.

Portanto, ele herdou uma boa parte de terras nas fazendas do Tatu e de São Bartolomeu. Como não encontrei o seu inventário, não é possível saber quais outras partes da fazenda do Tatu podem ter isso herdadas por João Rodrigues de Sousa quando da morte do seu pai.

João Rodrigues de Sousa veio a falecer por volta de 1928. Deixou 9 filhos do primeiro casamento e dois filhos das segundas núpcias. Ainda não encontrei o

inventário, que deve ter sido aberto porque havia vários filhos menores de idade no momento da sua morte. De todo modo, uma parte da fazenda do Tatu coube a ele, já que seus filhos, inclusive Pedro Rodrigues de Oliveira e suas filhas herdeiras, continuaram com a propriedade até o início do século XXI.

Conclusão

O recurso ao acervo documental custodiado pela Coordenação de Arquivo Permanente – COARPE do Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, orientado pelas evidências coletadas na memória local (seja numa história “espontânea”, seja na memória individual) permitiu acessar, em escala local, uma dimensão importante do passado brasileiro: as formas de transmissão e acesso à terra.

Em sociedades pré-industriais, a transmissão da posse e propriedade da terra é aspecto central nas estratégias de sobrevivência e reprodução de parte significativa das famílias. Observar como sucessivas gerações foram tendo acesso à terra de seus antepassados, com alguns membros da família eleitos para a sucessão fundiária (enquanto outros são excluídos), é uma via privilegiada para se compreender como as famílias têm sucesso (ou falham) na manutenção e ampliação dos seus bens materiais ao longo do tempo. Por outro lado, os termos desse “sucesso” ou “insucesso” são dados pelas próprias transformações no tempo (Pedroza, 2011). Deve-se destacar que, nesse mundo que estou chamando de tradicional, a família não se resume ao núcleo de coresidência (o fogo, na documentação de época); refere-se a uma estirpe, um conjunto de parentes e aliados que formavam um conjunto “diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso” (Levi, 2000, p. 110).

Assumo o ponto de vista de que na base dos processos de acesso à terra no Brasil (ou pelo menos em Minas Gerais) havia um mercado de terras, mas só compreenderemos esse mercado a partir de suas especificidades. Mais particularmente, considero pertinente a sugestão de Karl Polanyi (1980), de observar os movimentos institucionalizados que põem em contato os elementos do processo econômico, de modo que a economia é compreensível apenas no âmbito das relações sociais em geral. Seguindo essa tradição, também Marshall Sahlins (2017) e David Graeber (2016) apontam para a necessidade de se compreender a

economia e o mercado como esferas atreladas a toda a vida social, o que faz com que não seja possível observar “o” mercado, mas uma diversidade de formas de funcionamento do mercado que variam ao longo do processo histórico.

No estudo de caso aqui apresentado, fica claro como os processos de sucessão através da herança permitem que os membros da família acessem a terra de modo a garantir sua sobrevivência e de seus descendentes. Por outro lado, não temos elementos para compreender plenamente como a compra e a venda funcionam nessa sociedade, embora tenhamos algumas pistas dadas por documentos esparsos e que nos chegam muitas vezes ao acaso. De todo modo, vale a pena continuar explorando a documentação local para entender melhor essa dinâmica, sobretudo em relação a outras trajetórias familiares.

Referências bibliográficas

BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994 (Dissertação – Mestrado em História).

BOTELHO, Tarcísio R. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. *População e Família*, São Paulo, v. 1, n.1, p. 212-234, 1998.

BOTELHO, Tarcísio R. Demografia e família escrava em Montes Claros no século XIX. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora da UNIMONTES, 2000. p. 347-428.

BRASIL, Henrique de Oliva. *De Contendas a Brasília de Minas (monografia)*. Belo Horizonte: Edição do Autor, s./d.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e conhecimento histórico: substratos de identidade. In: _____. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 45-53.

GRAEBER, David. *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. (org.). *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 11-50.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOPES, Marcos Antônio. *Ars Historica* no Antigo Regime: a História antes da Historiografia. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.24, n. 40, 2008, p. 633-656.

NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia*: elementos para um diálogo. 3 ed. Belo Horizonte: ABEP, 2022.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral*: redes de parentela, transmissão da terra e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SAHLINS, Marshall. *Stone age economics*. New York: Routledge, 2017.